



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL - SR/PF/RS

Decisão nº 133143858/2025-SR/PF/RS

Processo: 08704.004110/2025-91

Assunto: **DECRETA PERDA DE RESIDÊNCIA**

1. Trata-se de procedimento de perda de autorização de residência instaurado, com base no Art. 33 da Lei nº 13.445/2017 e nos Arts. 135 e 138 do Decreto nº 9.199/2017, em desfavor de DAME DIOUF, nascido em 02/06/1985, RNM G405161H, cidadão senegalês, tendo em vista ter se ausentado do País por mais de 2 (dois) anos, nos termos do art. 33 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e art. 135 do Decreto nº 9.199/17.

2. Conforme consta do processo, DAME DIOUF obteve residência em 05/12/2017 – RNM G405161H, com amparo em 060 -RESOLUCAO NR 27 DE 25/11/1998 DO CNI/MTB. Sua carteira tem validade até 04/12/2026 e seu último movimento migratório registrado em sistema é uma saída do país em 14/11/2022.

3. Não foi identificado pedido de refúgio ativo em nome do estrangeiro.

4. DAME DIOUF, RNM G405161H permanece ausente do país por mais de 1070 dias, conforme histórico do passageiro no STI.

5. Pelo exposto, tendo sido demonstrada sua ausência do Brasil por período superior a 02 anos, sem qualquer comprovação da justificativa ora apresentada, foi determinada a instauração de processo administrativo visando à perda de autorização de sua residência 63679687, nos termos do art. 33 da Lei nº 13.445/2017 e do art. 135, III, do Decreto nº 9.199/2017, a saber:

*Art. 135. A perda da autorização de residência será decretada nas seguintes hipóteses:*

*I - cessação do fundamento que embasou a autorização de residência;*

*II - obtenção de autorização de residência com fundamento em outra hipótese; e*

*III - ausência do País por período superior a dois anos sem apresentação de justificativa.*

6. Para instruir o procedimento foram juntados os seguintes documentos: Notificação preliminar UMIG/DEAIN/SR/PF/SP 61528199, Histórico de viagens 61528212, Certidão de Movimentos Migratórios atualizada 61785629.

7. Foi feita a notificação do estrangeiro através do sítio da Polícia Federal, documento nº 64784796, para que apresentasse sua defesa no prazo de 10 dias, a contar da publicação, conforme § 4º do art. 138 do Decreto nº 9.199/2017, sendo cientificado de que a não apresentação da defesa no prazo culminaria em sua revelia, de acordo com o § 5º do art. 138 do já citado Decreto nº 9.199/2017.

8. DAME DIOUF não apresentou defesa no prazo ora mencionado.

9. Pelo exposto, tendo em vista a regular instrução do processo, sendo assegurados o princípio do contraditório e da ampla defesa.

10. **DECRETO** a perda da autorização de residência do senhor DAME DIOUF, cidadão senegalês, RNM G405161H, com fulcro no artigo 135, III, do Decreto 9.199/2017, conforme abaixo transcrito:

*Art. 135. A perda da autorização de residência será decretada nas seguintes hipóteses:*

*III - ausência do País por período superior a dois anos sem apresentação de justificativa.*

11. Encaminhe-se à DPF/CXS/RS para notificação do cidadão estrangeiro a respeito desta decisão, bem como do prazo de 10 (dez) dias para a interposição de recurso, nos termos do artigo 139, § 1º, do Decreto 9.199/2017.

**ALDRONEI ANTÔNIO PACHECO RODRIGUES**

Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional - SR/PF/RS



Documento assinado eletronicamente por **ALDRONEI ANTONIO PACHECO RODRIGUES**, **Superintendente Regional**, em 17/07/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=133143858&crc=C10742EE](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=133143858&crc=C10742EE).  
Código verificador: **133143858** e Código CRC: **C10742EE**.

Referência: Processo nº 08704.004110/2025-91

SEI nº 133143858